ALERTA SERVIDOR

Informativo do SINDISERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião

SINDSERV

Maio de 2015 • Ano IX • Edição 139 • Distribuição Dirigida

Falta 9,35%

A paralisação, realizada dia 19 de maio, contou com adesão maciça dos servidores. Estima-se que mais de mil tenham atendido à convocação do Sindserv, em prol do reajuste de 15,63%. O ato é inédito na história da cidade.

Pressionada, a Prefeitura concedeu apenas 6,28%. Mas o valor não é suficiente; longe disso. Os servidores sofreram perdas de 15,63% em seus salários, causadas pela inflação dos últimos dois anos. Portanto, restam 9,35% para que a Prefeitura quite a dívida que tem com a categoria.

Dia 9 de junho uma nova paralisação está programada. Participe, servidor. Juntos, somos mais fortes!

págs. 4 e 5

Paralisação decidida em assembleia contou com adesão de mais de mil servidores; manifestações na Prefeitura e na Câmara reivindicaram reajuste salarial

Sindserv exige devolução das abonadas aos contratados da Educação

pág. 3

Excursão e bingo confraternizam aposentados

pág. 8

Sindserv livra servidores de demissões

pág. 7

EDITORIAL

A luta não acabou!

Dia 19 de maio ficará marcado na história do funcionalismo público de São Sebastião. Uma paralisação inédita, que simboliza a força e união da categoria. Subestimaram o nosso poder de mobilização e demos uma amostra do que somos capazes.

Mesmo sob ameaças de retaliações, exercemos nosso direito como trabalhador. Permanecemos firmes, ao longo de todo o dia; unidos, exaustos e com a alma lavada por manifestar todo o descontentamento com a situação.

Claro que não temos nenhum prazer em paralisar os trabalhos. Nossa missão é servir ao público, prestando serviços à população sebastianense. Mas com os salários defasados e diante da intransigência da Prefeitura, não nos restou alternativa.

A proposta inicial (e indecente) da Administração era reajuste zero! Conseguimos 6,28%, mas ainda é pouco para repor os 15,63% de perdas acumuladas nos últimos dois anos.

Por isso a luta não acabou. A categoria precisa se manter mobilizada e disposta a uma nova paralisação. Reajuste não é favor, é direito do servidor!

Audrei Guatura
Presidente do Sindserv

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro – São Sebastião / SP
Fone: (12) 3892.1545 / FAX: (12) 3892.4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com
Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:
Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)
Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Patty Saydel Matsuhashi; Josiel de Carvalho; Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Conselho Fiscal:
Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes: Ivaldo Paixão Tavares Braga; Paulo Sérgio da Silva.

Jornalista: Helton Romano – MTB 48.099/SP
Diagramação: Marizia Silva
Impressão: Atlântica Gráfica e Editora
Tiragem: 3 mil exemplares

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 "usque" à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará, conforme datas, locais e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 17/06/2015 – Quarta-feira

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro - São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 17h
2ª Convocação 18h

PAUTA: Discussão e deliberação para renovação ou cancelamento do contrato do seguro de vida com auxílio funeral, pagos pelo Sindserv aos servidores sindicalizados e seus dependentes legais.

São Sebastião, 26 de maio de 2015.

AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

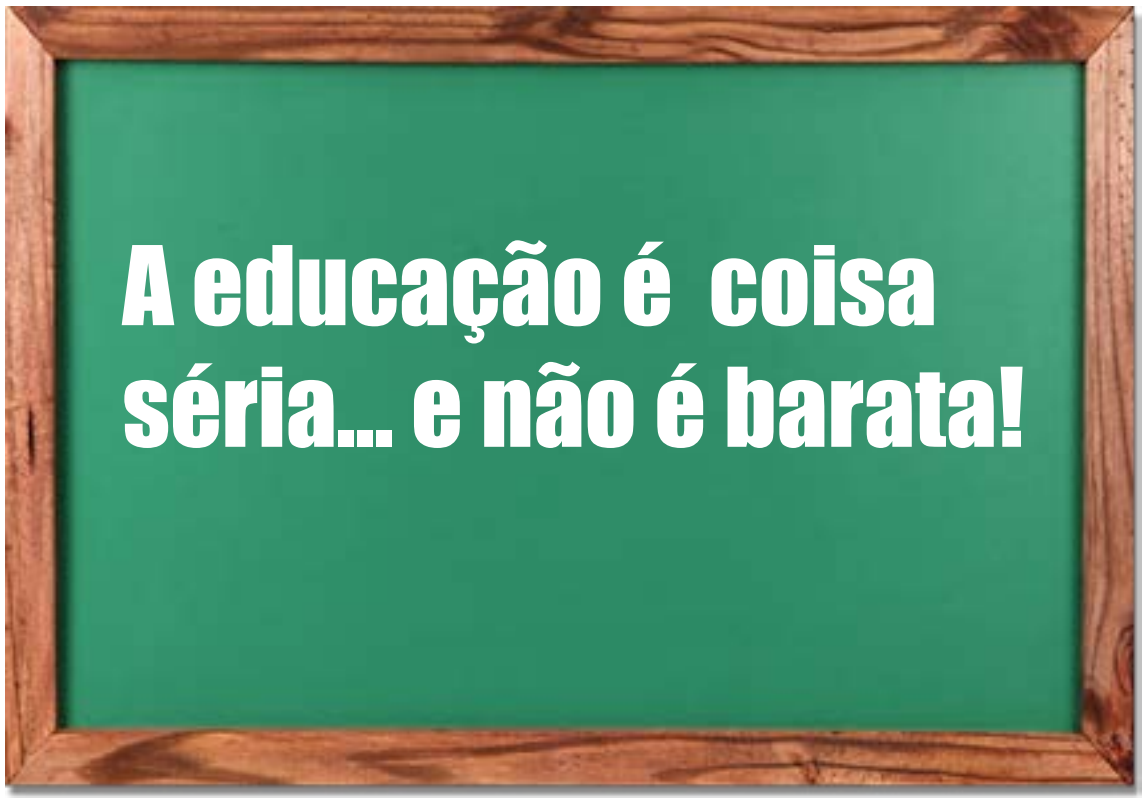
Sindserv exige devolução das abonadas aos contratados da Educação

O Sindserv ingressou na Justiça para tentar devolver o direito às faltas abonadas aos funcionários contratados para a rede municipal de ensino. A Prefeitura se baseou numa interpretação equivocada da lei para cortar, abruptamente, o benefício. A decisão foi comunicada por meio de uma Ordem de Serviço, assinada pela secretária de Educação, Ângela Couto.

A medida prejudica cerca de 250 profissionais, entre professores, auxiliares, monitores de creche e secretários de escola. Eles tinham direito a cinco faltas no ano, sem desconto na remuneração.

O Sindserv considera o corte ilegal, já que as abonadas estão asseguradas no Estatuto do Servidor, citado como referência no edital do processo seletivo. Retirar esse direito é como mudar as regras do jogo depois de iniciado.

O corte do benefício foi questionado na Câmara, pelo vereador Gleivison Gaspar. "A gente fica preocupado quando começa a fazer economia com a Educação, porque o estrago vem a longo prazo", lamentou Gleivison, que também é professor da rede municipal.



Professores e alunos ficam 1 ano sem computadores

Alunos e professores da Escola Nair Ribeiro de Almeida, no bairro de Juquehy, não dispõem de computadores há quase um ano. Os equipamentos foram furtados em uma das diversas invasões à unidade, ocorridas no ano passado.

No total, foram levados 35 monitores e 18 gabinetes (CPUs), além de impressoras projetores e instrumentos musicais da fanfarra escolar. O caso ocorreu em julho passado e, até hoje, a sala de informática permanece desativada, prejudicando os 1.050 alunos.

Os equipamentos eram utilizados em aulas de variadas disciplinas, como método de aprendizado. Apesar dos furtos registrados, inclusive de objetos de professores, a Prefeitura ainda não adotou nenhuma medida de segurança, o que deixa funcionários receosos no período noturno.

A direção da escola reconhece a necessidade de câmeras de monitoramento e de um guarda patrimonial para fazer a vigilância da escola, a fim de evitar novas invasões ao local.

Foto tirada logo após o furto

Escola alvo de invasões carece de vigilância

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 "usque" à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará, conforme data, local e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 30/06/2015 – Terça-feira

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro - São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 17h
2ª Convocação 18h

PAUTA:
- Apresentação da prestação de contas do período 2014/2015.
- Deliberação da prestação de contas 2015.

São Sebastião, 26 de maio de 2015.

AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

Reajuste é cobrado com para

Mais de mil servidores cruzaram os braços em dia de manifestações

Servidores reivindicam reajuste com passeata pelo Centro Histórico

A paralisação, realizada dia 19 de maio, contou com adesão maciça dos servidores. Estima-se que mais de mil tenham atendido à convocação do Sindserv, em prol do reajuste de 15,63%. O ato é inédito na história da cidade. "Lamentamos ter que chegar ao ponto de paralisar nossas atividades, mas não podemos aceitar, passivamente, tamanho desrespeito e desvalorização", declara a presidente do Sindserv, Audrei Guatura.

O dia foi marcado por manifestações nas sedes da Prefeitura e da Câmara, com a participação de cerca de 400 servidores. Logo nas primeiras horas da manhã, concentrados em frente ao Paço Municipal, eles usaram faixas, apitos e carro de som no protesto. Apesar dos insistentes apelos, o prefeito não se dispôs a receber uma comissão do Sindserv.

No fim da tarde, os servidores seguiram, em passeata, para a Câmara, onde foi aprovado o reajuste de 6,28%. O valor, no entanto, não é suficiente para repor as perdas causadas pela inflação. "A união da categoria é fundamental para alcançamos nossos objetivos. Podemos realizar uma paralisação ainda maior, caso a Prefeitura não honre seus compromissos", avisa Audrei.

Sede do Sindserv lotada para a assembleia que decidiu pela paralisação

FALOU E DISSE

"A correção monetária não é ganho, nem lucro, nem vantagem. O reajuste é um componente essencial do contrato do servidor com a administração pública. Além disso, é uma forma de resguardar os vencimentos dos efeitos perversos da inflação".

Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal

alisação inédita

Servidores acompanharam a sessão de Câmara onde foi votado o reajuste

Ato é legítimo

O Sindserv tomou todas as medidas necessárias para assegurar a legalidade da paralisação do dia 19. A Prefeitura foi comunicada com 72 horas de antecedência e foram mantidos os serviços essenciais.

No cartão de ponto, o servidor que aderiu à paralisação deve preencher o espaço com a palavra PARALISAÇÃO. Caso a chefia insista em assinalar falta, o servidor deve fazer uma observação no cartão atestando que não concorda com a falta do dia 19.

Os direitos à greve à paralisação são garantidos pela Constituição ao trabalhador, que não pode sofrer qualquer desconto em seu salário por esse motivo. O departamento jurídico do Sindserv está à disposição para atuar na defesa do servidor.

FALOU E DISSE

"Manipular os vencimentos dos servidores públicos, não deferindo a eles o direito legítimo da recomposição do valor real dos seus vencimentos, é uma forma de desarticular a prestação do serviço público permanente".

Sonia Rabello, jurista e professora

Manifestação reuniu servidores, durante todo o dia, em frente ao Paço Municipal

Prefeitura tem dívida de 9,35% com servidores

Reajuste concedido ainda está muito abaixo das perdas causadas pela inflação

Era de 0% a proposta inicial da Prefeitura que, pelo segundo ano consecutivo, se negava a reajustar o salário dos servidores, alegando queda de arrecadação. A categoria reagiu e, após ser anunciada uma paralisação, a Prefeitura ofereceu 6,28% e vale-alimentação de R$ 240.

Mas não é suficiente; longe disso. Os servidores sofreram perdas de 15,63% em seus salários, causadas pela inflação dos últimos dois anos. Portanto, restam 9,35% para que a Prefeitura quite a dívida que tem com a categoria.

Em assembleia, realizada dia 23 de maio, ficou decidido que a Prefeitura deve efetuar o pagamento desse valor em duas parcelas: metade em julho e o restante em outubro. O Sindserv aguarda uma resposta positiva até o dia 8 de junho. Caso não haja acordo, uma nova paralisação está agendada para o dia seguinte (9/06).

15,63% - 6,28% = 9,35%

Perdas inflacionárias — Reajuste concedido — dívida da Prefeitura com servidores

Proposta do Sindserv aprovada em assembleia reajuste de 4,7% em julho + 4,65% em outubro

9/06 nova paralisação caso a Prefeitura não aceite pagar a dívida

Desculpas não colam

Para não conceder reajuste salarial, a Prefeitura alegou estar "passando por severas dificuldades financeiras", e culpou a Petrobras. Isto porque, desde 2013 a estatal vem depositando em juízo os pagamentos referentes ao IPTU.

A desculpa, porém, não colou. Mesmo sem contabilizar os pagamentos da Petrobras, a arrecadação de IPTU em São Sebastião cresce ano a ano.

Em 2013, o imposto rendeu R$ 50 milhões aos cofres públicos. No ano seguinte, esse montante subiu para R$ 56 milhões. Agora, em 2015, a arrecadação do primeiro trimestre superou a previsão inicial, chegando a R$ 35 milhões. Com isso, a tendência é de um novo recorde de arrecadação de IPTU ao final do ano.

A Prefeitura também tentou justificar a negativa de reajuste citando a diminuição nos repasses de royalties.

Essa receita, no entanto, não pode ser usada em despesas com folha de pagamento. É proibido por lei. Mais uma desculpa descabida.

Se os gastos com folha de pagamento estão altos, a Prefeitura que trate de demitir os comissionados fantasmas e apadrinhados políticos que nada acrescentam ao serviço público. O servidor efetivo não pode pagar essa conta.

Prefeitura Municipal de São Sebastião
Estância Balnearia – Estado de São Paulo
Secretaria de Administração

Ofício nº 020/2015 – SECAD

São Sebastião, 17 de abril de 2015.

CAMPANHA SALARIAL

É de conhecimento de todos, que o município de São Sebastião está passando por uma crise na sua arrecadação de tributos. A referida crise, que já se arrasta desde dos de 2013, ano quando o maior contribuinte do município de São Sebastião, a Petrobras S/A, passou a discutir em juízo a legalidade do lançamento do IPTU, depositando desde então suas parcelas em Juízo.

Com esta atitude, a Prefeitura está passando por severas dificuldades financeiras. Soma-se a isso o repasse a menor dos royalties, que está diretamente ligado ao valor do barril de petróleo, que a muito encontra-se em queda.

Feitas estas ponderações, informamos que a administração municipal não se furtará em negociar reajuste salarial com o sindicato, logo após ver sanada a pendenga judicial que acomete a mesma.

REINALDO LUIZ FIGUEIREDO

Secretário de Administração

Saiba mais

A briga jurídica travada entre Prefeitura e Petrobras se arrasta há dois anos. A estatal começou a depositar os pagamentos em juízo após considerar abusivo o reajuste no IPTU, aplicado em 2013. Segundo a Petrobras, a cobrança do imposto subiu 133%.

Enquanto a Justiça não decide o caso, a Prefeitura fica sem acesso ao dinheiro da Petrobras, que já teria acumulado mais de R$ 70 milhões. Essa situação é usada pela Prefeitura como desculpa também para o abandono de obras, como a do hospital em Boiçucanga.

O ofício assinado pelo secretário de Administração, Reinaldo Figueiredo, enviado ao Sindserv no mês de abril, informou que não haveria reajuste salarial até que a Prefeitura ganhasse a ação judicial. Para isso, nenhum prazo foi estimado.

Mas o Sindserv entende que o servidor não pode ficar refém do impasse entre Prefeitura e Petrobras, e conclama toda a categoria a lutar pelos seus direitos.

DENÚNCIAS

Retaliações

Já começaram as retaliações aos servidores que participaram da paralisação, no último dia 19 de maio. Em conversa com um servidor no Paço Municipal, a presidente do Sindserv recebeu a denúncia de que dois servidores tiveram suas gratificações retiradas, em sinal de represália.

Não bastassem as ameaças de terem o dia descontado no salário, ainda vem mais esse ataque ao trabalhador, que não fez nada além de lutar por um direito.

O Sindserv lembra que, em um protesto promovido pela Administração, em outubro de 2014, contra a Petrobras, nenhum servidor comissionado ou efetivo teve qualquer tipo de prejuízo em seus vencimentos ou até mesmo em seu local de trabalho. Não pode haver dois pesos e duas medidas.

Falta de respeito

Servidores que atuam em mutirões de limpeza na Costa Norte estão sendo largados nos locais de trabalho, sem qualquer apoio para fazerem suas refeições. A situação foi constatada por membros do Sindserv, durante visita à região. Na ocasião, alguns servidores relataram que foi retirado o ônibus que dispunham para o transporte a estabelecimentos que aceitem vale-refeição para poderem almoçar. A diretoria do Sindserv adverte à Administração que está fiscalizando e acompanhando o tratamento dado por parte das secretarias aos trabalhadores.

PMSS ou Fundação?

Alguns postos de saúde estão recebendo, além do cartão de ponto, que quase sempre chega atrasado, uma lista de presença da Fundação de Saúde, para que os servidores assinem, de forma arbitrária.

O Sindserv alerta para esta prática e orienta para que não assinem a referida lista de presença. Quem deve promover o controle de frequência é a Administração, já que nenhum servidor foi oficialmente cedido para a Fundação.

Sindserv livra servidores de demissões

O departamento jurídico do Sindserv conseguiu absolver mais seis servidores em processos administrativos que poderiam resultar em demissões. Quatro deles eram acusados de negligência e outros dois por excesso de faltas.

O Sindserv, por meio do advoado Ricardo Harada, provou que as acusações eram infundadas e que as faltas foram motivadas por problemas de saúde. Os processos foram arquivados.

Adicionais

Também tiveram êxito duas ações judiciais que requerem adicional de periculosidade a guardas municipais. Outras diversas ações para pagamento de insalubridade estão em curso.

Desvio de função

Na mais nova decisão favorável ao servidor, o juiz Guilherme Kirschner acatou o pedido de pagamento de diferença salarial, por desvio de função, a uma merendeira que trabalhou como inspetora escolar nos últimos anos. Com a sentença,a servidora vai receber a diferença salarial a qual tem direito, com os respectivos reflexos.

O advoado do Sindserv, Roberto Eduardo Silva Júnior, explica que a remuneração pelos serviços efetivamente prestados é de direito, pois que deles não pode se beneficiar a administração pública, sem a contraprestação devida, sob pena de enriquecimento ilícito.

Excursão e bingo confraternizam aposentados

Bingo realizado na sede do Sindserv

O clima de descontração marcou o bingo que atraiu cerca de 40 servidores aposentados à sede do Sindserv, dia 5 de maio. Dezenas de prêmios foram oferecidos aos participantes, graças à colaboração do comércio local:

Já no dia 12 de junho está programada uma excursão a Campos do Jordão, para onde o Sindserv levará 40 aposentados que terão a oportunidade de passar o dia num dos principais destinos de inverno do país.

A viagem e o bingo fazem parte das atividades desenvolvidas pela Comissão de Aposentados, criada pelo Sindserv para integrar a classe e valorizar os profissionais que por tanto tempo se dedicaram ao serviço público.

Café no Viveiro

O Sindserv ofereceu um café da manhã aos servidores do Viveiro Municipal, no último dia 22 de maio. Eles tiveram a oportunidade de se inteirar sobre a campanha salarial e as próximas ações programadas pelo Sindserv.

Boca no trombone

Que a Costa Sul está abandonada não é novidade para ninguém. Mas agora a população em busca de alguma solução organizou um ato de manifestação para o próximo dia 4 de junho, às 9 horas, e convida a todos os moradores de São Sebastião para participarem. O ponto de encontro será no posto de saúde de Cambury e sairá em caminhada pacífica, passando pelas comunidades Areião, Piavu, Lobo Guará, Barreirinha e região.

A maior indignação local é com a falta de infraestrutura. Os moradores precisam percorrer até seis quilômetros em estradas de terra, totalmente esburacadas e, quando chove, ficam intransitáveis. Crianças pequenas e idosos passam por este sofrimento diariamente.

A falta de estrutura também na área da saúde é um dos outros pontos desta manifestação. O posto de saúde de Cambury não tem farmácia pela falta de um profissional da área; conta com apenas um dentista para cobrir toda região. Médicos, então, nem pensar. Conseguir uma vaga no posto é praticamente impossível, tanto para pediatra como para clinico geral.

A região de Cambury sofre com a falta de mais escolas. A única EMEI no bairro está totalmente abandonada. Faltam investimento, manutenção, creches e faculdades na Costa Sul. Não existem oportunidades de estudo de graduação a menos de 40 quilômetros da região.

Segurança é outro problema. O contingente policial é mínimo para atender vários bairros. Não podemos nos esquecer das pontes que estão nas mãos da Construtora Volpp que, além de atrasadas, algumas estão paradas há mais de três meses. Apesar de denúncias no Ministério Público, nada acontece. A Volpp faz o que quer com o aval da Prefeitura e do MP.

Ingrid Reis
moradora de Cambury

Direitos do idoso

O consumidor idoso goza de alguns direitos específicos. Nesta edição do *Alerta Servidor,* vamos lembrá-los de direitos na área da Saúde.

Acompanhante em internação
É direito do idoso, tanto na rede pública quanto na rede privada.

O que fazer?
Exija esse direito da direção do hospital. Em caso de negativa, procure o Conselho de Saúde, o Conselho do Idoso ou o Ministério Público e denuncie.
Atendimento particular de saúde constitui relação de consumo e é possível procurar o Procon, denunciar o caso à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, se necessário, procurar a Justiça.

Contratação de plano de saúde
A operadora do plano de saúde não pode se negar a contratar com um idoso.

O que fazer?
Exija a contratação. Procure o Procon, denuncie o plano de saúde à ANS e se necessário, também a Justiça.

Cobertura de doenças, próteses e tempo de internação em plano de saúde
Muitos idosos têm planos de saúde anteriores à Lei de Planos de Saúde (assinados antes de 02/01/99). Tais contratos contêm cláusulas que excluem coberturas de doenças, tratamentos e próteses, ou ainda, limitam tempo de internação.
Na grande maioria dos casos (80%) o Poder Judiciário tem declarado tais cláusulas abusivas e, portanto, nulas.

O que fazer?
Se você passar por uma dessas situações, procure o Procon e, se necessário, a Justiça.

Ausência de reajustes por mudança de faixa etária em plano de saúde
O Estatuto do Idoso veda reajustes por mudança de faixa etária para idosos. A ANS aplica a regra somente para contratos assinados a partir de janeiro de 2004, quando entrou em vigor o Estatuto. Há decisões judiciais que aplicam a regra do Estatuto também para contratos anteriores a janeiro de 2004 e impedem a aplicação de reajustes por mudança de faixa etária a partir dos 60 anos. Mas não se trata de questão pacificada na Justiça.

O que fazer?
Como não há entendimento unívoco na Justiça, cabe ao consumidor decidir se entra com ação judicial. Não havendo previsão no contrato das faixas etárias e do aumento em cada uma delas, o reajuste por mudança de faixa etária é ilegal, seja o consumidor idoso ou não. Se o consumidor optar por ação judicial, pode procurar o Juizado Especial Cível (JEC), onde é possível propor ações quando o valor da causa é de até 40 salários mínimos; para causas cujo valor vai até 20 salários mínimos sequer é necessário advogado.